



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

340
2

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO N. 0017124-70.2011.8.17.1130 (289663-1)

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : FERNANDA BRAGA MARANHÃO
AGRAVADO : HIDROSONDAS HIDROGEOLOGIA E CONSTRUÇÃO LTDA
ADVOGADO : DANIEL RIBEIRO
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

EMENTA: TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL. MERCADORIAS ADQUIRIDAS PARA UTILIZAÇÃO NAS OBRAS CONTRATADAS. OPERAÇÕES INTERESTADUAIS. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS. INDEVIDO.

I - As empresas de construção civil, em regra, contribuintes do ISS, ao adquirirem, em outros Estados, materiais a serem empregados como insumos nas obras que executam, não podem ser compelidas ao recolhimento de diferencial de alíquota de ICMS cobrada pelo Estado destinatário.

II - Quando adquirem bens necessários ao desenvolvimento de sua atividade-fim, não são contribuintes do ICMS, pois há de se qualificar a construção civil como atividade de pertinência exclusiva a serviços, sujeita exclusivamente à incidência de ISS, em razão de que quaisquer bens necessários a essa atividade não devem ser tipificados como mercadorias sujeitas ao ICMS.

III - Não são tais empresas, assim, contribuintes do ICMS, salvo nas situações que produzam bens e com eles pratiquem atos de mercancia diferentes da sua real atividade, como a pura venda desses bens a terceiros, nunca quando adquirem mercadorias e as utilizam como insumos em suas obras.

IV - Casos em que determinadas construtoras (caso da recorrida) identificam-se como contribuintes do ICMS no momento da aquisição das mercadorias em outros Estados, aproveitando, assim, a alíquota interestadual, mas argumentam ao Fisco de destino que não são contribuintes do ICMS, para escaparem do diferencial de alíquota.

V - Possibilidade de enquadrar a atitude desses contribuintes como agressora do Princípio da Boa-Fé Objetiva que deve orientar as relações com o fisco. Admite-se, na hipótese, a aplicação de multas previstas na legislação estadual. Inviável, no entanto, a cobrança do diferencial de alíquota, como pretende o recorrente.

VI - Agravo não provido, à unanimidade.


Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



347
R

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os
excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara de
Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em conhecer e
negar provimento ao recurso de Agravo Legal, na conformidade do relatório e
voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 1º de JULHO de 2014.


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO N. 0017124-70.2011.8.17.1130 (289663-1)

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : FERNANDA BRAGA MARANHÃO
AGRAVADO : HIDROSONDAS HIDROGEOLOGIA E CONSTRUÇÃO LTDA
ADVOGADO : DANIEL RIBEIRO
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATÓRIO

1. Trata-se de recurso de Agravo Legal interposto pelo ESTADO DE PERNAMBUCO em face de HIDROSONDAS HIDROGEOLOGIA E CONSTRUÇÃO LTDA, cujo objetivo consiste na reforma da decisão proferida às fls. 310/317.
2. Discute-se, na presente demanda, a existência, ou não, de relação jurídico-tributária entre a Parte Autora - sociedade empresária do ramo de construção civil - e o Estado de Pernambuco capaz de legitimar o recolhimento da diferença entre alíquotas interna e interestadual de ICMS incidente sobre a aquisição de materiais e equipamentos, em outro Estado da Federação, para composição do ativo fixo daquela.
3. Às fls. 197/205 e 211/212, foi proferida sentença, cujo trecho dispositivo abaixo se transcreve:

Ante o exposto, considerando tudo o mais que dos autos consta e princípios atinentes à espécie, com base da doutrina, jurisprudência e legislação vigente, preenchidos os pressupostos do art. 273 do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE OS PEDIDOS formulados na inicial para:

- a) DECLARAR a inexistência de relação jurídico-tributária entre i Requerente e o Estado de Pernambuco, no tocante ao recolhimento de diferença entre a alíquota interna e a interestadual do ICMS para produtos adquiridos noutros Estados da Federação a serem aplicados como insumos nas suas obras de construção civil;*
 - b) CONDENAR o Requerido à repetição do indébito dos valores recolhidos indevidamente à título de diferença de alíquota de ICMS, respeitado o prazo prescricional de 5 (cinco) anos, a ser liquidado em cumprimento de sentença; e,*
 - c) em consequência, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, a teor do art. 269, I, do Código de Processo Civil.*
- Condeno o Requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em R\$ 3.000,00 (três mil reais), conforme art. 20 do Código de Processo Civil.*

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

Preenchidos os pressupostos do art. 273 do Código de Processo Civil, CONCEDO PARCIALMENTE O PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA, para permitir ao Requerente o livre trânsito no Estado de Pernambuco com os insumos adquiridos em outros Estados da Federação, perante os postos fiscais sob pena de multa, que fixo em R\$ 1.000,00 (um mil reais) para cada apreensão indevida.

4. Irresignado, o Estado de Pernambuco apresentou Apelo Voluntário, sustentando, em suma: *i)* a inexistência dos requisitos legais autorizadores da antecipação dos efeitos da tutela de mérito; e *ii)* a legalidade, na espécie, da cobrança da diferença de alíquota do ICMS.

5. Às fls. 310/317, com fundamento no artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, dei parcial provimento ao apelo voluntário interposto pelo Estado de Pernambuco tão somente para limitar os efeitos da tutela antecipada concedida pelo Magistrado de piso aos insumos adquiridos pela Sociedade Autora para emprego em suas próprias obras.

6. Insatisfeito, interpôs a Fazenda Estadual o presente recurso de Agravo, no qual, reiterando os termos de sua Apelação, assevera que: *i)* ao adquirir mercadorias em outros Estados da Federação, pagando a alíquota reduzida (interestadual), e não a alíquota cheia (interna), a recorrida age na condição de contribuinte; e *ii)* é inadmissível a pretensão da Parte Autora de se eximir do recolhimento da complementação do ICMS e, ao mesmo tempo, ser tratada como contribuinte para o efeito de obtenção de benefício da incidência de alíquota menor por ocasião da aquisição interestadual.

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o deslinde da controvérsia.

Recife, 1º de JULHO de 2014.


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO N. 0017124-70.2011.8.17.1130 (289663-1)

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : FERNANDA BRAGA MARANHÃO
AGRAVADO : HIDROSONDAS HIDROGEOLOGIA E CONSTRUÇÃO LTDA
ADVOGADO : DANIEL RIBEIRO
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

EMENTA: TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL. MERCADORIAS ADQUIRIDAS PARA UTILIZAÇÃO NAS OBRAS CONTRATADAS. OPERAÇÕES INTERESTADUAIS. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS. INDEVIDO.

I - As empresas de construção civil, em regra, contribuintes do ISS, ao adquirirem, em outros Estados, materiais a serem empregados como insumos nas obras que executam, não podem ser compelidas ao recolhimento de diferencial de alíquota de ICMS cobrada pelo Estado destinatário.

II - Quando adquirem bens necessários ao desenvolvimento de sua atividade-fim, não são contribuintes do ICMS, pois há de se qualificar a construção civil como atividade de pertinência exclusiva a serviços, sujeita exclusivamente à incidência de ISS, em razão de que quaisquer bens necessários a essa atividade não devem ser tipificados como mercadorias sujeitas ao ICMS.

III - Não são tais empresas, assim, contribuintes do ICMS, salvo nas situações que produzam bens e com eles pratiquem atos de mercancia diferentes da sua real atividade, como a pura venda desses bens a terceiros, nunca quando adquirem mercadorias e as utilizam como insumos em suas obras.

IV - Casos em que determinadas construtoras (caso da recorrida) identificam-se como contribuintes do ICMS no momento da aquisição das mercadorias em outros Estados, aproveitando, assim, a alíquota interestadual, mas argumentam ao Fisco de destino que não são contribuintes do ICMS, para escaparem do diferencial de alíquota.

V - Possibilidade de enquadrar a atitude desses contribuintes como agressora do Princípio da Boa-Fé Objetiva que deve orientar as relações com o fisco. Admite-se, na hipótese, a aplicação de multas previstas na legislação estadual. Inviável, no entanto, a cobrança do diferencial de alíquota, como pretende o recorrente.

VI - Agravo não provido, à unanimidade.


Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

345
B

Vistos e examinados etc.

1. Não obstante os argumentos coligidos pelo Estado Agravante, entendo que a decisão recorrida deve ser mantida em todos os seus termos, uma vez que esta encontra-se em plena consonância com a remansosa jurisprudência do col. Superior Tribunal de Justiça.
2. Conforme se depreende dos autos, o cerne da presente controvérsia gravita em torno da aplicabilidade, à espécie, do disposto no art. 155, § 2º, VII, 'a', e VIII, da CRFB/88.
3. De acordo com as referidas regras constitucionais, nas operações interestaduais, cujo destinatário seja consumidor final e contribuinte do ICMS, este imposto será cobrado no estado de origem, pela alíquota interestadual, e também no estado de destino, pela diferença entre a sua alíquota interna e a interestadual - anteriormente recolhida.

Observem-se, posto que oportuno, os dispositivos supramencionados:

Constituição Federal de 1988

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

(...)

§ 2.º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

(...)

VII - em relação às operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, adotar-se-á:

a) a alíquota interestadual, quando o destinatário for contribuinte do imposto;

(...)

VIII - na hipótese da alínea "a" do inciso anterior, caberá ao Estado da localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual;

4. Entretanto, no específico caso das empresas de construção civil - contribuintes, em regra, do ISS -, a jurisprudência pátria firmou o entendimento de que estas não podem ser compelidas pelo Estado destinatário ao recolhimento de diferencial de alíquota de ICMS quando da aquisição de equipamentos ou materiais a serem empregados como insumos nas obras que executam.

Observem-se, a propósito, os seguintes arrestos do eg. Supremo Tribunal Federal e do col. Superior Tribunal de Justiça:

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇO - ICMS. AQUISIÇÃO DE BENS UTILIZADOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL. DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS: IMPOSSIBILIDADE DE COBRANÇA. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

(STF, AgRg no RE 579.084/AL, rel. Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe 26/06/2009).

CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. ICMS. AQUISIÇÃO DE BENS PARA UTILIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO CIVIL. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA. ALEGADA OFENSA AO ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO. SÚMULA 279 DO STF.

I - As empresas de construção civil por serem, em regra, contribuintes do ISS, ao adquirir, em outros Estados, materiais para empregar em suas obras, não estão compelidas a satisfazer a diferença em virtude de alíquota maior do ICMS cobrada pelo Estado destinatário. Precedentes.

II - Não há contrariedade ao art. 93, IX, da Constituição, quando o acórdão recorrido encontra-se suficientemente fundamentado.

III - Para entender em sentido diverso do acórdão recorrido quanto à utilização dos insumos adquiridos nas obras de construção civil da empresa

agravada, faz-se necessário o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que inviável, a teor da Súmula 279 do STF.

IV - Agravo improvido."

(STF, AgRg RE 572.811/RN, rel. Min. Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, DJe 19/06/2009).

CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. ICMS. AQUISIÇÃO DE BENS PARA UTILIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO CIVIL. ALÍQUOTA. DIFERENCIAL. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. CF, art. 102, III, b.

I. - Somente a ofensa direta à Constituição autoriza a admissão do recurso extraordinário.

II. - Adquirindo material em Estado que pratique alíquota mais favorável, as empresas de construção civil não estão compelidas, uma vez empregadas as mercadorias em obra, a satisfazer a diferença em virtude de alíquota maior do Estado destinatário. Precedente.

III. - O pressuposto constitucional do recurso extraordinário, inscrito no art. 102, III, b, da CF, é que tenha a decisão recorrida declarado a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal. Se isso não ocorreu, segue-se a impossibilidade de o recurso, interposto com fundamento na citada alínea b, ser admitido.

IV. - Agravo não provido.

(STF, AgRg no AI 505.364/MG, rel. Min. Carlos Velloso, Segunda Turma, DJ 22/04/2005).

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ARTIGO 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. ICMS. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS. EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL. MERCADORIAS ADQUIRIDAS PARA UTILIZAÇÃO NAS OBRAS CONTRATADAS. OPERAÇÕES INTERESTADUAIS. NÃO INCIDÊNCIA.

1. As empresas de construção civil (em regra, contribuintes do ISS), ao adquirirem, em outros Estados, materiais a serem empregados como insumos nas obras que executam, não podem ser compelidas ao recolhimento de diferencial de alíquota de ICMS cobrada pelo Estado destinatário (Precedentes do Supremo Tribunal Federal: AI 242.276 AgR, Rel. Ministro Marco Aurélio, Segunda Turma, julgado em 16.10.1999, DJ 17.03.2000; AI 456.722 AgR, Rel. Ministro Eros Grau, Primeira Turma, julgado em 30.11.2004, DJ 17.12.2004; AI 505.364 AgR, Rel. Ministro Carlos Velloso, Segunda Turma, julgado em 05.04.2005, DJ 22.04.2005; RE 527.820 AgR, Rel. Ministro Gilmar Mendes, Segunda Turma, julgado em 01.04.2008, DJe-078 DIVULG 30.04.2008 PUBLIC 02.05.2008; RE 572.811 AgR, Rel. Ministro Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, julgado em 26.05.2009, DJe-113 DIVULG 18.06.2009 PUBLIC 19.06.2009; e RE 579.084 AgR, Rel. Ministra Cármen Lúcia, Primeira Turma, julgado em 26.05.2009, DJe-118 DIVULG 25.06.2009 PUBLIC 26.06.2009. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça: EREsp 149.946/MS, Rel. Ministro Ari Pargendler, Rel. p/ Acórdão Ministro José Delgado, Primeira Seção, julgado em 06.12.1999, DJ 20.03.2000; AgRg no Ag 687.218/MA, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 04.05.2006, DJ 18.05.2006; REsp 909.343/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, julgado em 03.05.2007, DJ 17.05.2007; REsp 919.769/DF, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 11.09.2007, DJ 25.09.2007; AgRg no Ag 889.766/RR, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, julgado em 25.09.2007, DJ 08.11.2007; AgRg no Ag 1070809/RR, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 03.03.2009, DJe 02.04.2009; AgRg no REsp 977.245/RR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 28.04.2009, DJe 15.05.2009; e REsp 620.112/MT, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 07.05.2009, DJe 21.08.2009).

2. É que as empresas de construção civil, quando adquirem bens necessários ao desenvolvimento de sua atividade-fim, não são contribuintes do ICMS. Consequentemente, "há de se qualificar a construção civil como atividade de pertinência exclusiva a serviços, pelo que 'as pessoas (naturais ou jurídicas) que promoverem a sua execução sujeitar-se-ão exclusivamente à incidência de ISS, em razão de que quaisquer bens necessários a essa atividade (como máquinas, equipamentos, ativo fixo, materiais, peças, etc.) não devem ser tipificados como mercadorias sujeitas a tributo estadual' (José Eduardo Soares de

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

Melo, in 'Construção Civil - ISS ou ICMS?', in RDT 69, pg. 253, Malheiros)." (REsp 149.946/MS).

3. Recurso especial desprovido. Acórdão submetido ao regime do artigo 543-C, do CPC, e da Resolução STJ 08/2008.

(STJ, REsp 1135489/AL, rel. Min. Luiz Fux, Primeira Seção, DJe 01/02/2010).

5. Destarte, na espécie, verificando-se que a Sociedade Autora é contribuinte do ISS, impõe-se o reconhecimento de que não há diferencial de alíquotas de ICMS a recolher sobre os bens adquiridos como insumos em outro Estado da Federação.

6. Deve-se destacar, por oportuno, que caso se entenda que a sociedade empresa não deve estar inscrita no CACEPE, cabe ao órgão competente fazer a sua exclusão, e não deduzir que do fato desta estar inscrita no referido cadastro decorre a sua condição de contribuinte, na hipótese em que, atuando no ramo de construção civil, é consumidora final dos produtos adquiridos (materiais de construção utilizados na obra mencionada nos autos).

7. Por fim, não persiste o argumento de que a empresa demonstra inegável intenção de se locupletar perante a Fazenda Estadual "ao adquirir mercadorias em outros Estados da Federação e se apresentar na qualidade de contribuinte de ICMS, fornecendo a inscrição estadual e pagando a alíquota reduzida e não a alíquota cheia".

Ora, se a Recorrida está, no Estado de origem, pagando alíquota reduzida e não a alíquota cheia, essa questão interessa tão somente ao referido Estado, e não ao Ente destinatário. Se assim ocorre em razão da inscrição no mencionado cadastro, mais uma vez, é de se dizer que caso o contribuinte não detenha condições de se manter inscrito no cadastro, cabe ao órgão competente, se assim entender, proceder à sua exclusão.

A seu turno, na hipótese de se entender indevida a conduta da empresa, cabível aplicação de multa porventura prevista na legislação estadual, mas não a cobrança do diferencial de alíquota, senão vejamos:

TRIBUTÁRIO. ISS. CONSTRUÇÃO CIVIL. MATERIAL DE CONSTRUÇÃO DESTINADO A OBRAS DA ADQUIRENTE. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA. IMPOSSIBILIDADE DE COBRANÇA.

1. Discute-se a cobrança do diferencial entre as alíquotas interestadual e interna de ICMS, na aquisição de material de construção por construtoras.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

2. As alíquotas interestaduais somente aproveitam aos adquirentes que sejam contribuintes do ICMS, conforme o art. 155, § 2º, VII, "a", da CF. Nessas hipóteses, é pacífico o entendimento de que o Estado de destino pode cobrar o diferencial de alíquota na entrada da mercadoria em seu território.

3. No caso de compradores não-contribuintes do ICMS, como o das construtoras em relação aos insumos aplicados em suas obras, as aquisições interestaduais devem se sujeitar à alíquota interna (maior que a interestadual), nos termos do art. 155, § 2º, VII, "b", da CF. Evidentemente, não haverá diferencial de alíquota a ser recolhido ao Estado de destino.

4. Ocorre que determinadas construtoras (caso da recorrida) identificam-se como contribuintes do ICMS no momento da aquisição das mercadorias em outros Estados, aproveitando, assim, a alíquota interestadual. Paradoxalmente, argumentam ao Fisco de destino que não são contribuintes do ICMS, para escaparem do diferencial de alíquota.

5. A Segunda Turma já teve a oportunidade de consignar que a atitude desses contribuintes agride o Princípio da Boa-Fé Objetiva que deve orientar as relações com o fisco. Admite-se, na hipótese, a aplicação de multas previstas na legislação estadual.

6. Inviável, no entanto, a cobrança do diferencial de alíquota, como pretende o recorrente.

7. Como a construtora não é contribuinte do ICMS, o tributo estadual deveria ter sido calculado pela alíquota interna sobre o preço da operação interestadual e recolhido integralmente pelo vendedor ao Estado de origem, nos termos do art. 155, § 2º, VII, "b", da CF. Não há crédito, portanto, em favor do Fisco de destino (recorrente).

8. Recurso Especial não provido.

(STJ, REsp 620.112/MT, rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 21/08/2009).

8. Ante o exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do presente recurso de Agravo Legal, mantendo-se, *in totum*, a decisão monocrática, ora guerreada.

É como voto.

Recife, 1º de JULHO de 2014.


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator